

Da educação sexual à “ideologia de gênero”: disputas em torno das sexualidades e dos gêneros na escola

Thalles do Amaral de Souza Cruz¹
thallesamaral@yahoo.com.br

Marlon Silveira da Silva²
marlon_ltbg@hotmail.com

João Paulo Lopes dos Santos³
jpaulouerj@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa sobre o dispositivo escolar no que se refere às questões de sexo/gênero/sexualidade no Brasil da Primeira República e no contexto atual. A partir de uma perspectiva pós-estrutural, analisamos os discursos de ambos os períodos como envolvidos em disputas para produzir determinados modos de subjetivação, tendo os currículos escolares como foco de debate. Se no período da Primeira República havia um enfoque higienista e eugenista, cujos discursos científicos hegemônicos produziam a escola e a família como espaços político-pedagógicos de formação sexual “normal”, atendendo determinadas demandas socioeconômicas do período, atualmente, grupos religiosos (ultra)conservadores – mas não só – tentam hegemonizar determinados valores e moralidades na educação brasileira que têm contribuído também para uma maior capilarização/legitimação de uma agenda neoliberal.

Palavras-chave: Educação sexual. Biopolítica. Governamentalidade. Ideologia de gênero.

From Sexual Education to “Gender Ideology”:

dispute over sexualities and genders at school

Abstract: The present paper aims at carrying out a comparative analysis of the school dispositive concerning sex/ gender/ sexuality issues during the period of First Republic in

¹ Professor Substituto de Didática (UFRJ).

² Doutorando em Educação (UERJ).

³ Doutorando em Educação (UERJ).

Brazil and in current Brazil. From a post-structural perspective we have analysed the discourses from both periods as involved in disputes to produce certain modes of subjectivation, having the school curriculums as the main focus of such conflict. Throughout the First Republic there was a hygienist and eugenicist approach in which hegemonic scientific discourses produced school and family as political-pedagogical spaces of “normal” sexual formation, which met the social economic demands of the period. Nowadays, (ultra)conservative religious groups - not only – try to hegemonize certain values and moralities in the Brazilian education, which has also contributed to a greater capillarization / legitimation of a neoliberal agenda.

Keywords: Sexual education. Biopolíticas. Governmentality. Gender ideology.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa sobre o dispositivo escolar no que se refere às questões de sexo/gênero/sexualidade no Brasil da Primeira República e no Brasil atual. Reflete sobre-a História da Educação Pública no Brasil, a partir da experiência da Primeira República, e o modo como, desde o início, a Educação foi campo de disputa política. A partir dos referenciais de masculinidade e feminilidade definidos pelo saber científico, foram estabelecidos os projetos educacionais do período que, respeitadas as singularidades de cada espaço temporal, muito se aproximam de projetos educacionais discutidos atualmente e mobilizados pela chamada “ideologia de gênero”.

2 O governo dos desejos

71

O debate em torno da inclusão dos temas de gênero e sexualidade nos planos de educação, e que trouxe à tona o termo “ideologia de gênero”, levou ao desenvolvimento de muitos discursos, pró e contra, tanto na arena institucional (no que diz respeito aos argumentos defendidos nas assembleias municipais, estaduais e nacional por vereadores/as e deputados/as), quanto na de domínio popular⁴. Na sequência, apresentamos um dos discursos encontrados e que nos ajuda a problematizar minimamente os argumentos defendidos pelos grupos que defenderam a retirada dos termos “gênero” e “sexualidade” nos referidos planos.

⁴ Neste caso, entende-se por domínio popular impresso, sites, blogs e diferentes suportes utilizados para publicação formal ou informal.

Tal *ideologia* é um crime em vários aspectos: primeiramente, se considerarmos a ideia de a administração central decidir o que o aluno deve ou não aprender, ignorando totalmente o *direito* de escolha dos pais em relação à metodologia de ensino desejada por eles. Segundamente, pela atribuição dos municípios perante o Plano Nacional de Educação, que é a de fornecer a chamada educação básica, que vai do chamado maternal até o quinto ano do ensino fundamental; ou seja, esse tipo de ideologia seria ensinado para crianças de 0 a 10 anos, o que seria uma afronta dos atuais administradores governamentais, “especialistas” em educação, e de suas *agendas panfletárias* à educação formativa fornecida pelos pais de acordo com os seus preceitos, opiniões, crenças e *tradições*, numa clara forma de *doutrinação ideológica*. Terceiro, que o *gênero* é um conceito ideológico que tenta anular as diferenças e aptidões *naturais* de cada sexo; e há ainda o quarto aspecto, que consiste em ignorar o indivíduo em prol da formação de militância e blocos coletivos (VIANA, 2015, grifos nossos).

Embora o texto acima não possa ser considerado uma fonte “oficial”, ou seja, não foi escrito/pronunciado por nenhum representante democraticamente eleito para cargo público, ele resume, de forma sintética, muitos dos argumentos defendidos nos debates dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 e da Base Nacional Comum Curricular, que será implementada, nos próximos anos. A utilização e o reforço de termos como “ideologia” e “doutrinação ideológica”, no discurso acima, merecem ser problematizados. Para tanto, nesta seção, buscaremos fazer uma breve discussão teórica a respeito de alguns conceitos que nos ajudam a entender as diferentes relações de poder que se fazem presente no espaço escolar, tanto no passado quanto no presente.

Ainda que uma das principais características de Michel Foucault consista numa recusa ao conceito de ideologia (BENEVIDES, 2013), para o desenvolvimento deste estudo e o diálogo que propomos realizar entre alguns discursos perpetuados sobre a sexualidade na escola republicana e os discursos atuais em torno da chamada “ideologia de gênero”, tomaremos como referência os estudos e pesquisas de base foucaultiana. Para tanto, foram eleitos alguns conceitos que possibilitaram a promoção da discussão, como Governo, Relações de Poder e Biopoder (FOUCAULT, 1987, 2001).

Ao fazer uma análise crítica da Modernidade em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) nos oferece algumas ferramentas de análises que contribuem para que possamos realizar nossas reflexões. Suas pesquisas em torno das diferentes instituições que historicamente serviram para regular e disciplinar os corpos, como a igreja, o manicômio, a prisão, a escola, dentre

outras, nos ajudam a entender as estratégias e tecnologias de poder utilizadas. Durante a Modernidade, alterações sociais e políticas⁵ geraram modificações no regime de verdade da época – com mudanças epistemológicas em campos como a Medicina, a Genética, a Sociologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Pedagogia, o Direito, dentre outras – que contribuíram para a construção desse corpo sexuado binário. Foucault (2001) analisou o entrelaçamento desses saberes e poderes desde meados do século XIX no que ele denominou de dispositivo da sexualidade.

De fato, trata-se, na realidade, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tentaria domar, ou mesmo de um campo obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subjacente sobre a qual se exerceriam difíceis controles, mas uma grande rede de superfície onde a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências se imbricariam uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2001, p. 100).

Estes saberes (médicos, pedagógicos, jurídicos, religiosos entre outros), por meio de muitas disputas por hegemonizar determinadas fixações de sentidos que possuem efeitos de verdades, são investidos de poderes que interferem na vida, nas ações, nas emoções e nos corpos das populações. Essas populações que acabam por serem governadas a seguir determinados padrões, determinadas normas.

No caso deste ensaio, a ciência e a escola ganham atenção neste anseio de governo, visto que eram/são importantes instituições responsáveis pela produção e regulação de corpos e subjetividades. Ao avançar nas análises dos discursos produzidos pela comunidade científica em torno da homossexualidade e a forma que esses discursos associavam à escola a responsabilidade de regular e produzir corpos e comportamentos considerados normais, resta-nos trazer à reflexão os condicionantes e dispositivos que, articulados, possibilitaram a emergência desses discursos na sociedade brasileira, na primeira metade do século XX. Um desses dispositivos, que terá centralidade nesta discussão, é o da

⁵ Laqueur (2001) nos chama atenção para algumas mudanças sociais e políticas que contribuíram para esta reinterpretação dos corpos sexuados como “a ascensão da religião evangélica, a teoria política do Iluminismo, o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos no século XVIII, as ideias de Locke de casamento como um contrato, as possibilidades cataclísmicas de mudança social elaboradas pela Revolução Francesa, o conservadorismo pós-revolucionário, o feminismo pós-revolucionário, o sistema de fábricas com sua reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento de uma organização de livre mercado de serviços e produtos e o nascimento das classes, separadamente ou em conjunto [...]” (LAQUEUR, 2001, p.22-23).

sexualidade. Tal dispositivo é entendido como um dispositivo histórico, atravessado e alimentado por estratégias de saber-poder que atua basicamente sobre os corpos, subjetivando-os e objetivando-os.

Da mesma forma que na década de 1960, “a arqueologia dos discursos científicos ocupou os interesses de Foucault” (CASTRO, 2014, p. 48). A partir da década de 1970, o filósofo investiu como tema central de seus estudos e pesquisas o detalhamento da descrição dos dispositivos de poder centrados nos indivíduos (biopoder) e nas populações (biopolítica), para em seguida se dedicar à análise do governo de ambos. Essas ferramentas nos permitem analisar os discursos científicos enquanto dispositivos de subjetivação e de governamento. Nessa direção, o conceito de governamentalidade torna-se central nessa discussão, uma vez que governar as pessoas “é sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o ‘eu’ é construído e modificado por si próprio” (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Pensar os discursos produzidos e difundidos em torno da sexualidade dos indivíduos e dividi-los entre normais e anormais aproxima-nos da compreensão foucaultiana sobre os regimes de verdade, tendo como objetivo a produção de uma verdade que se pretende última e definitiva sobre o mundo físico e social. Esses regimes são, no caso deste ensaio, os diferentes discursos presentes nas escolas brasileiras que referem-se a um modelo de sexualidade saudável e normal que, segundo alguns, deve permanecer na escola. Neste caso, e no que se refere às questões de gênero e sexualidade, essa norma atende pelo nome de heteronormatividade (SEFFNER, PICCHETTI, 2016) ou mais recentemente por cisheteronormatividade.

Essa histórica relação de poder entre indivíduos e instituições nos leva a refletir sobre os discursos científicos que, no decorrer do século XIX, tornaram-se a autoridade no estudo do corpo e da forma como estes deveriam regular os indivíduos por meio da produção da normalidade definida mediante materialidade do corpo. Conforme nos alerta Foucault:

[...] diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – à vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não mais ao homem-corpo, mas ao homem vivo [...]. Mais precisamente, eu diria isso: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não

na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Pode-se afirmar, portanto, que os mecanismos de normalização disciplinar, somado às técnicas de biopoder, tornaram-se responsáveis pela objetivação e subjetivação dos indivíduos e das populações. O conceito de poder em Foucault (2009) pode ser entendido como um exercício, uma prática que permeia todas as relações e que em condições de liberdade sempre encontrará resistências rizomáticas e criativas.

Desta forma, o biopoder e o poder disciplinar surgem como tecnologias concomitantes que visam consolidar a sociedade de normalização, uma vez que as estratégias de normalização do anormal (neste caso, os/as homossexuais) buscam amenizar o risco social de sua existência por meio de mecanismos de segurança coletiva. O objeto do biopoder é a vida, um poder que normaliza. Nessa perspectiva, é possível pensar a anormalidade (desviantes da norma) e tudo que se diz/escreve sobre ela, como estratégias úteis e sutis para que a norma seja reforçada e permaneça como referência. Ancorado neste entendimento, foram elaborados os discursos produzidos sobre as sexualidades desviantes durante a maior parte do século XX. Sob uma perspectiva de diagnóstico, correção/tratamento e prevenção, foram empreendidos estudos e pesquisas científicas que tinham como principal objetivo investigar as possíveis causas da “anomalia”.

O conceito de ciência para este ensaio deve ser especificado para o de Ciência Sexual, ou, nas palavras do próprio Foucault, “ScientiaSexualis” que, no Ocidente, teve grande contribuição na produção da verdade sobre o sexo. Tal “ScientiaSexualis” foi desenvolvida a partir do século XIX com a função de controlar os corpos de homens e mulheres inicialmente pelo ato da confissão (poder pastoral), cuja eligição se tornava peça fundamental nesse processo. Posteriormente, no século XX, a confissão foi substituída pela Medicina, onde a Ciência (mais precisamente as Ciências da Saúde) foi a autorizada a exercer a “verdade” sobre o sexo, instituindo o certo/errado, o normal/anormal. É por essa ciência e o poder a ela atribuído (poder disciplinar) que nosso sexo foi regulado com base nos saberes por ela produzidos e difundidos por meio dos seus discursos sobre o corpo.

Sendo o corpo a base por meio do qual são marcadas as diferenças, ele é entendido como a plataforma da normalidade e anormalidade. O corpo pode ser entendido como o texto

por meio do qual a cultura produz sentidos e é também produzida. Neste sentido, enquanto dispositivos de subjetivação e de governo, entendemos que os discursos difundidos sobre as sexualidades na e pela escola produzem e reproduzem representações, que uma vez construídos pela linguagem, ganham significado na cultura, subjetivando indivíduos e, com isso, classificando-os/as.

3 O espaço escolar e a educação sexual

A partir de um rápido histórico da presença da educação sexual no campo educacional brasileiro, nota-se que o surgimento desta temática ocorreu no início do século XX ainda durante a Primeira República. A presença de tal temática esteve fortemente marcada pela influência das concepções médico-higienistas do século XIX. Deste modo, não apenas os espaços públicos foram regulados, mas o comportamento das pessoas. No discurso civilizatório brasileiro, a autoridade e a voz dada às ciências médicas e jurídicas somaram-se as outras instituições, como a escola e a família, que serviram como importantes porta-vozes dos discursos higienistas e eugenistas de então. Segundo Reis (2006), “o foco de preocupação do movimento higienista era a descoberta das doenças que colocavam em risco a saúde pública” (REIS, 2006, p. 36).

Baseados em estudos estrangeiros, médicos sanitaristas, legistas, psiquiatras e juristas brasileiros encontraram no espaço escolar o ambiente propício para a divulgação de seus estudos. Segundo Stephanou (2009),

os discursos médicos não se restringem a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Há uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação. Não apenas uma saúde física, mas mental, moral e intelectual. Não apenas uma educação intelectual, mas física, mental, moral e sexual. Nesse período, médicos brasileiros ocupam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade e a salubridade das escolas, os pressupostos teóricos dos pedagogos (STEPHANOU, 2009, p. 145).

Foi nesse cenário que emergiram e ganharam força os discursos voltados para a educação sexual nas escolas brasileiras na época, sendo justificada por ela ter como objetivos o combate às doenças venéreas e à masturbação, mas também o preparo das jovens para

serem boas esposas e boas mães (BONATO, 1999; GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997). Para Ribeiro (2008), na década de 1920, o movimento feminista liderado por Berta Lutz, visava implementar a educação sexual nas escolas com uma outra justificativa, a proteção das crianças e da maternidade. Em 1928, durante a realização do Congresso Nacional de Educadores, foi discutida a criação do Programa de Educação Sexual sob o dispositivo da infância já que tal programa só poderia ser abordado para crianças a partir dos 11 anos de idade. Deste modo, a educação escolar se tornou alvo de investimentos que tinham como foco a educação e o ajustamento sexual, isto é, o estabelecimento de modelos de comportamentos de meninos e meninas, reforçando determinações sociais no desenvolvimento da nação brasileira (CAETANO; BECK, 2014). Assim, na década de 1930, o sexólogo José de Albuquerque criou o “Boletim de Educação Sexual” e o “Círculo Brasileiro de Educação Sexual” (CBES), que visavam promover ações e campanhas sobre tal temática na educação (CARRARA; CARVALHO, 2016).

Nessa mesma direção, surgiram, neste período, manuais voltados para pais/mães e professores/as, que incluíam conselhos médicos e morais de intelectuais brasileiros e estrangeiros, materiais esses traduzidos e publicados no Brasil. Dentre esses, destacamos o livro “Os filhos – sua preparação para a vida”, do médico francês Victor Pauchet, ao afirmar que “a educação sexual deveria merecer mais atenção por parte de pais e educadores, dada a importância que o sexo tem na vida do indivíduo. Em quase todos os lares e escolas é tabu falar em sexo” (PAUCHET, 1930, p. 11).

No período seguinte da história brasileira, a Era Vargas (1930-1954), o conservadorismo machista também se fazia presente na iniciativa do autor Osvaldo Brandão Silva. Segundo Marilena Chauí (1984), o livro desse autor intitulado “Iniciação sexual-educacional” deveria ser destinado, apenas, aos meninos já que a inocência das meninas deveria ser preservada, sendo iniciadas nas questões sexuais pelos seus maridos. Na década de 1950, a ideia de que a temática sexual não deveria ser abordada nas escolas foi defendida pelo padre Leonel França em seu livro “Obras completas: a formação da personalidade”. França (1954) defendia que não cabia às escolas ou ao Estado introduzir essa temática às crianças e aos/às jovens, mas sim aos pais e às mães em seus próprios lares.

Um outro acontecimento que aponta para a preocupação das condutas sexuais dos/as jovens foi o discurso da pesquisadora Maria Junqueira Schmidt⁶ em ocasião do I Simpósio sobre Orientação Escolar, em 1957, ocorrido em São Paulo. Nesse evento a autora destacou: “a Orientação Educacional era a profilaxia dos desajustamentos, liberação progressiva da personalidade juvenil” (CADES, 1957). As preocupações da pesquisadora em educação (assim como as da Orientação Educacional) parecem se voltar para o ajustamento das pessoas a um modelo de indivíduo abstrato, não demonstrando preocupação com os processos pedagógicos, o que nos leva a refletir sobre os interesses do Governo da época ao investir na Orientação Educacional.

A elaboração teórico-prática dos saberes da Orientação Educacional nos leva ao conceito de governo elaborado por Foucault (2001), concebido como um emaranhado de programas e estratégias racionalizadas para a “condução da conduta”. A governamentalidade, nesse caso, refere-se à emergência de racionalidades políticas, ou mentalidades de governo, no qual essa passa a ser uma questão de administração calculada para o alcance de seus objetivos. Ou seja, podemos entender governo aqui como algo que indica uma perspectiva a partir da qual se pode tornar inteligível a diversidade de tentativas feitas por diferentes tipos de relações para agir sobre as ações das pessoas e populações, buscando atingir objetivos como prosperidade nacional, harmonia, virtude, produtividade, ordem social, disciplina entre outros.

Há algumas décadas, acredita que uma das mais eficazes formas de governar, ou seja, de interferir na conduta de indivíduos (outros ou o próprio “eu”, assim como populações) é por meio da educação escolar. Assim, durante a Primeira República, a implementação da educação sexual era defendida nas escolas pelos discursos médicos e pedagógicos - apesar da resistência dos pais, das mães e dos/as docentes - como forma de manter o suposto desenvolvimento natural de meninos e meninas, evitando, assim, o surgimento de pessoas homossexuais. Atualmente, no Brasil, os temas ligados às sexualidades, aos gêneros e aos sexos continuam sendo polêmicos/tabus. O que também permanece é a contrariedade de grande parte dos pais, das mães e dos/as docentes em abordar temáticas ligadas à educação sexual. No entanto, se na Primeira República a chamada educação sexual era vista como uma

⁶ Historiadora e pesquisadora sobre educação, Maria Junqueira Schmidt (1942) foi uma das defensoras da Orientação educacional, no Brasil.

estratégia científica para evitar o surgimento de homossexuais, hoje, a abordagem dessa temática, em sala de aula, é vista por muitas pessoas como uma das verdadeiras responsáveis pela popularização de sexualidades desviantes (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, dentre outras identidades). Se antes os/as docentes eram responsabilizados/as pelo discurso médico da existência de homossexuais na sociedade por não abordarem tais temáticas em sala de aula, uma vez que sabendo das “causas”, docentes poderiam evitar desde cedo que estudantes se interessassem por práticas sexuais consideradas anormais, atualmente continuam sendo responsabilizados/as. Mas, agora são acusados/as, principalmente, pelos discursos religiosos (ultra)conservadores (mas não só) por abordarem tais temáticas em sala de aula, o que supostamente incentivaria, por meio de uma “doutrinação”, os/as jovens a não serem heterossexuais.

Tanto naquela época como agora, a escola passa a ser entendida como um local de risco, já que é associada a um ambiente propício para o desenvolvimento do comportamento considerado inadequado. Assim, se durante o início do século XX as escolas deveriam sofrer maior vigilância por parte do saber científico que passara a alertar ainda mais pais, mães e docentes a respeito desse “perigo”, hoje tal alerta é feito por padres, freiras, pastores/as, políticos/as e empresários/as que, por um emaranhado de demandas, construíram a escola, principalmente a pública, como alvo de seus ataques.

Se antes havia uma demanda para se incluir a educação sexual e se atualmente há disputas para retirar determinadas temáticas ligadas ao que no passado se identificava como educação sexual, é porque nessas diversas décadas que separam a Primeira República da atualidade brasileira, muitas coisas mudaram. E mudaram pelas interferências de acontecimentos nacionais e internacionais como a revolução sexual dos anos de 1960, o surgimento e/ou fortalecimento de movimentos identitários, a criação de legislações, políticas públicas, o surgimento e capilarização de uma indústria cultural, uma agenda internacional pela busca da igualdade de gênero, de combate à lgbtphobia, ao racismo, à xenofobia, enfim, de sedimentação dos Direitos Humanos.

Hoje, no Brasil e no mundo, há uma intensificação dos ataques do (ultra)conservadorismo como uma reação na medida que grupos historicamente marginalizados avançaram em suas conquistas. A utilização multiforme do significante vazio (LACLAU, 2011) “ideologia de gênero” por grande parte dos grupos conservadores que o

criaram, pode ser visto como um exemplo dessa reação. Esta estratégia conservadora é utilizada para combater desde uma hipotética “ameaça comunista” iminente até a destruição da família tradicional ou mesmo da espécie humana.

Diferentes pesquisadores/as das mais diversas áreas do conhecimento (CÉSAR; DUARTE, 2017; CORRÊA, 2017; LOWENKRON; MORA, 2017; PARAÍSO, 2018) vêm se debruçando na análise dessa estratégia conservadora que tem conseguido alguns êxitos na obstacularização da efetivação dos Direitos Humanos para uma grande parcela das populações. Sonia Corrêa (2017), por exemplo, aponta essa movimentação conservadora como uma “cruzada”. Assim como as cruzadas medievais, a atual também foi gestada no seio da Igreja Católica e também não tem apenas um viés religioso. A autora aponta que o surgimento de tal estratégia ocorreu nos anos de 1990, quando surgiram dois marcos internacionais importantes nas disputas sobre as questões de gênero e dos direitos reprodutivos: a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Pequim (China, 1995).

Mais conhecida como a “Conferência do Cairo”, a primeira foi pioneira em utilizar o conceito de gênero em um documento oficial internacional, que foi assinado por centenas de países. Corrêa (2017) aponta ainda que, no mesmo ano, durante as preparações para a IV Conferência Mundial das Mulheres, a direita católica dos Estados Unidos atacou o conceito de gênero por considerá-lo com “um forte potencial destabilizador da dita ordem natural dos sexos” (CORRÊA, 2017). Rogério Junqueira, em entrevista concedida à Laura Lowenkron e Claudia Mora, no Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM), corrobora a interpretação de Corrêa (2017), ao apontar que a expressão “ideologia de gênero” foi uma “invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé” constituída por uma “retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła [Papa João Paulo II]” (LOWENKRON; MORA, 2017)⁷.

⁷ Esta estratégia não vem sendo utilizada apenas por grupos católicos, mas também por “evangélicos, mulçumanos, budistas, e no Brasil, espíritas” (CORRÊA, 2017). Além disso, grupos e correntes políticas, não necessariamente religiosos, também têm contribuído para popularizar esta ofensiva conservadora. Foi como o caso do ex-presidente do Equador Rafael Correa que em um de seus programas na TV daquele país atacou a “ideologia de gênero que destrói a família” (CORRÊA, 2017).

Os alvos dessa agenda antigênero são adaptáveis de acordo com cada contexto. Ora miram nas feministas, ora em adeptos de religiões de matriz africana, ora nas pessoas LGBT, depois artistas, estrangeiros/as, mais à frente pesquisadores/as, em um outro momento em partidos de esquerda e qualquer outro grupo identificável como obstruindo ou que venha a dificultar a efetivação/perpetuação de seus interesses. Já as estratégias indicam um forte grau de articulação, pois são sempre muito parecidas: “mobilizam lógicas e imaginários simplistas, esquemáticos [...] alimentando pânicos morais que distraem as sociedades de problemas estruturais que deveriam estar sendo debatidos, como as crescentes desigualdades de gênero, mas também de classe, raça e etnia” (CORRÊA, 2017).

Se na pauta moral, os setores religiosos conservadores tentam minar a discussão de temas como a legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, políticas educacionais que tratem da constituição das diferenças – sobretudo as ligadas ao gênero e às sexualidades – a adoção por parte de casais não heteronormativos entre outros, há também um estreitamento no campo socioeconômico com setores que defendem o neoliberalismo. Assim, além de defenderem a dita “família natural”, a “família tradicional”, também têm defendido uma cultura de performatividade competitiva, uma desregulamentação da economia por parte do Estado. Isso faz aludir, entre outras coisas, a privatização do espaço e de empresas públicas, a diminuição ou mesmo a extinção de qualquer tipo de assistência social pública, atingindo em cheio as parcelas da população que são postas em situação mais vulnerável, cuja perda dessas vidas dificilmente são vistas por esses setores neoliberais como dignas de choro (BUTLER, 2017). Desta forma, após a utilização mais que maleável do “*slogan* ideologia de gênero” (PARÁISO, 2018), um outro *slogan* vem sendo utilizado: “Mais família, menos Estado” (LOWENKRON; MORA, 2017).

Neste contexto, a família que se quer que aumente é a dita “família natural”, ou seja, a constituída por um casal heterossexual, monogâmico e de preferência cristão, significação evidentemente marcada por traços religiosos, mas que se pretende substancializado, universalizado. Na medida em que a precarização social aumenta na mesma proporção em que o Estado se ausenta das responsabilidades de garantir os direitos sociais, tal precarização da vida passa a ser vista por essa ótica neoliberal como sendo da alçada individual e/ou familiar. No caso familiar, é justamente sobre as mulheres que tais problemas recaem já que,

tradicionalmente, são vistas como responsáveis pelo bem-estar de todos os membros da família na alçada doméstica.

Vargas (2003), ao analisar a relação entre neoliberalismo e gênero, aponta que o custo social dos ajustes e reformas econômicas da agenda neoliberal acaba recaindo principalmente sobre as mulheres, e ainda mais sobre as pobres e negras. Assim, se não há mais creches públicas ou condições para se pagar por uma instituição privada (ou ainda taxas das públicas que um dia foram gratuitas), caberia as mulheres zelarem pelas crianças fazendo com que muitas ou abndem o emprego, criando ou fortalecendo a dependência econômica do marido ou da esposa (e/ou outras pessoas que convivem), ou possuindo jornadas de trabalho duplas ou triplas dentro e fora de casa. Ou seja, são justamente as questões de gênero que a agenda conservadora quer impedir que se debata, seja no âmbito familiar, seja no âmbito público.

É neste sentido que a disputa por uma nova governamentalidade (CÉSAR; DUARTE, 2017), na área educacional, se tornou um dos alvos preferenciais dessa agenda antigênero que acusa as escolas de serem espaços de doutrinação contra os valores tradicionais, contra uma suposta ordem natural das coisas. Esta norma de uma suposta ordem natural das coisas é tão frágil, que é preciso um pesado investimento cotidiano, familiar, educacional, religioso, médico e jurídico que a reitere constantemente para que ela siga existindo. Assim, como nos apontam Maria Rita César e André Duarte (2017), nesta guerra político-moral, “o gênero, a sexualidade e a diversidade sexual foram transformados em armas” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 144).

No campo educacional brasileiro, cujas políticas, programas e legislações apontam e justificam a abordagens de questões que envolvem a diferença não só em relação ao gênero, mas também às sexualidades, às raças, às etnias entre outras, a escola é vista então, por estas alas conservadoras como um lugar que tem se transformado em ameaçador e, por isso, seria preciso “defender as crianças” desses ataques. É neste contexto que surgem propostas, aqui e em outros países do mundo, como a do *homeschooling* em um gritante aprofundamento da racionalidade liberal, onde cada família passa a ser responsável pela educação formal de seus/suas filhos/as, desobrigando o investimento público na área educacional, além de dificultar ainda mais a socialização das diferenças, em uma lógica duplamente individualista.

3 Algumas considerações possíveis

Ao voltarmos para a História da Educação em interação com a História da Ciência e as problematizações proporcionadas por esse encontro, podemos perceber o quanto os discursos atuais instituem modelos e identidades a serem perseguidos, ainda carregados de visões religiosas e moralistas em torno das sexualidades. Tais discursos com frequência interpelam os/as sujeitos/as na escola e fora dela ao reivindicarem a autonomia das famílias na educação dos/as filhos/as em nome do que chamam de “tradição”, assim como no passado. Não obstante, também é possível localizar, nesses discursos, do passado e do presente, a tentativa de associação das sexualidades desviantes à doença, seja por meio da defesa da “cura gay”⁸, seja em face da frequente busca científica pela possível “origem da homossexualidade”.

Nessa direção, entendemos que os discursos científico-educativos que, no passado, foram proferidos pelos intelectuais, e que ainda hoje se fazem presente, serviram e servem como estratégias biopolíticas da governamentalidade, desenvolvidos com a intenção de constituir corpos heteronormativos e saudáveis.

Embora os valores republicanos sejam muito reivindicados por educadores/as e demais pesquisadores que defendem a necessidade de currículos escolares abertos para as questões de gênero e sexualidade, acreditamos ser válida, também, a reflexão em torno dos valores trazidos e reforçados pelo modelo republicano implantado no Brasil. Se, por um lado, o discurso republicano brasileiro em torno da cidadania, presente na base dos Estados Modernos Ocidentais, buscava inserir os/as até então marginalizados/as, numa tentativa de apagar os traços coloniais e escravistas (em frente às demandas políticas e econômicas capitalistas de então), por outro, essa “inserção” levou a elaboração de diferentes discursos científicos que visavam garantir a manutenção do *status quo*. Mesmo que negros e negras, mulheres e homens homossexuais e demais marginalizados/as fossem contemplados pelo discurso de cidadania, estes deveriam manter-se como o outrem do ideário do sujeito universal (homem, heterossexual, adulto, branco, cristão, proprietário...), sujeito responsável pela elaboração dos

⁸ Decreto Legislativo 234 encaminhado pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO) que propunha sustar a aplicação do Parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

referenciais de normalidade/anormalidade que orientaram os princípios epistemológicos da ciência de então. Se com a Proclamação da República e, mais adiante, o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, os discursos em torno da cidadania buscavam “incluir” os que estavam à margem do modelo de cidadão, tal inclusão passava antes pela invenção e reforço de identidades entendidas como anormais e que precisavam ser reguladas por meio da Medicina, do Direito e da Educação.

Se, por vezes, a mínima compreensão dos embates e disputas que, com frequência, interpelam a Educação, nos foge, a História pode (e deve) servir como importante ferramenta nesse exercício. Sendo assim, ao nos voltarmos para o objetivo com o qual iniciamos este ensaio, acreditamos ter alcançado as reflexões propostas, longe da certeza de ter respondido todos os questionamentos, mas certos de que podem servir como ponto de partida para novas e futuras reflexões.

Referências

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BENEVIDES, Pablo Severiano. Verdade e Ideologia no pensamento de Michel Foucault. **Revista Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 3, n. 1, p. 89-101, 2013.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Educação (sexual) e sexualidade: o velado e o aparente**. 1999. Disponível em: <http://Geocities.com/athens/ithec/9565/Tese/inidicee.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría performativa de la asamblea**. Barcelona: Paidós, 2017.

CADES. Ministério de Educação e Cultura. I Simpósio de Orientação Educacional, São Paulo, 1957.

CAETANO, Marcio; BECK, Dinah Quesada. Hommes de Letterse a homossexualidade: Discursos e pedagogias na primeira metade do século XX. **Revista Teias**, v. 15, n. 38, p. 75-90, 2014.

CARRARA, Sergio; CARVALHO, Marcos. **Meu encontro com os outros: Memórias de José de Albuquerque, pioneiro da sexologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2016.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, v. 33, n. 66. Curitiba, p.141-155, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORRÊA, Sônia. Ideologia de gênero: rastros e significados. **Folha de S. Paulo**. 05 nov 2017. Disponível em: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Gral, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade (HowisonLectures). **Revista de Comunicação e linguagem**, n. 19, p. 203-223, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Leonel. **Obras completas**: a formação da personalidade. Rio de Janeiro: Agir, 1954.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas: Mercado das letras, 1995.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LAQUEUR, Tomas. **Inventando o Sexo**: Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LOWENKRON, Laura; MORA, Claudia. **A gênese de uma categoria**. Entrevista com Rogério Diniz Junqueira. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. 20 dez. 2017. Disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>. Acesso em 02 fev. 2020.

PARAÍSO, Marluçy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: **Pesquisas sobre currículos, gênero e sexualidades**. PARAÍSO, Marluçy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 23-52, 2018.

PAUCHET, Victor. **Os filhos**: sua preparação para a vida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1930.

REIS, Giselle Volpato dos. **Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920 - 1950**: um estudo sobre a obra de Francisco Albuquerque. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. 2. ed. Rio Grande: FURG, 2008. p. 11-16.

SAYÃO, Iara. Orientação sexual nas escolas: os territórios possíveis e necessários. *In*: AQUINO, Julio Gropa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SCHMIDT, Isabel Junqueira. **A orientação educacional**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1942.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Reflexão e Ação**, v. 24, p. 61-81, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>. Acesso em: 28 jan. 2020.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e educação sanitária brasileira. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. III: Século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos y sus disputas por una globalización alternativa. *In*: MATO, Daniel, (Org.). **Políticas de identidades y diferencias sociales en tiempos de globalización**. Caracas: Faces/UCV/OCEAP/CIPOST, 2003.p. 193-215.

VIANA, Jefferson. Instituto Liberal. **O perigo da ideologia de gênero nas escolas**. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 02 mar. 2020.